

**PAUL ZUMTHOR: ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA.
UM ESTUDO CRÍTICO DA OBRA A LETRA E A VOZ.
A “LITERATURA” MEDIEVAL.**

**PAUL ZUMTHOR: BETWEEN HISTORY AND LITERATURE.
A CRITICAL STUDY OF THE WORK *THE LETTER AND THE
VOICE*. MEDIEVAL “LITERATURE”.**

BEATRIZ A. CALDEIRA
Universidade de Lisboa, Centro de História
Beatrizcaldeira1@edu.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0001-6137-4485>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/08/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 17/01/2024

Resumo

Dos contributos historiográficos que concorreram para a oralidade ser hoje reconhecida, em meios especializados, como uma realidade inerente à «literatura» na Idade Média, nenhum se revelou tão determinante como o de Paul Zumthor, eminente medievalista da segunda metade do século XX. Neste ensaio, reflete-se, tendo por base uma das suas obras cimeiras, *La lettre et la voix*, sobre a importância central que assumiu o diálogo interdisciplinar entre a história e os estudos literários, tanto na génese do conceito de Idade Média de Zumthor, como na sua investigação sobre a voz na «literatura» medieval. Assim, depois de se situar a referida obra no âmbito do despontar novecentista dos estudos sobre a oralidade medieval, e do percurso académico do autor, analisam-se as concepções que nela se consubstanciam em torno da ideia de «medievalidade», bem como o universo conceptual em que se desdobra o estudo do medievalista suíço sobre a voz.

Palavras-chave

Historiografia; Interdisciplinaridade; Idade Média; Oralidade; Paul Zumthor.

Abstract

Of the historiographical contributions that have converged to the recognition, within specialized circles, of orality as an inherent reality to «literature» in the Middle Ages, none proved as pivotal as that of Paul Zumthor, an eminent medievalist of the latter half of the 20th century. In this essay we reflect, based on one of his seminal works, *La lettre et la voix*, on the central importance assumed by the interdisciplinary dialogue between history and literary studies, both in the genesis of Zumthor's concept of the Middle Ages, and in his research on the role of voice in medieval «literature». Thus, after situating the aforementioned work within the context of the 20th century burgeoning of the studies on medieval orality, and the author's academic trajectory, this article analyzes the conceptions embodied within it concerning the idea of «medievalness», as well as the conceptual universe in which the Swiss medievalist's study on the voice unfolds.

Keywords

Historiography, Interdisciplinarity, Middle Ages, Orality, Paul Zumthor

O passado da oralidade medieval: de Petrarca aos finais do século XX

Os estudos sobre a oralidade na Idade Média instituem-se como um fenómeno próprio do século XX. A centúria que testemunhou a revolução disciplinar do historiar, com a consolidação da história como ciência universitária autónoma, a complexificação dos seus questionários, e o estabelecimento de placas interdisciplinares e transdisciplinares entre as Ciências Sociais e Históricas, foi também cenário do florescimento geral dos trabalhos de reconstrução histórica do passado oral medieval, lastrados em princípios metodológicos complexos, *grosso modo* divergentes daqueles que haviam orientado as práticas de investigação histórica até finais do século XIX. Não obstante, é aos trabalhos dos românticos do início da mesma centúria que devemos recuar para, pela primeira vez na história da escrita da história, assistir à reversão da hostilidade com que até então, desde Francesco Petrarca (1304-1374), tendera a ver-se encarada nos círculos historiográficos, não só a oralidade, mas a própria Idade Média (Cantor 1991: 29-30).

Associando as trevas à ausência da cultura clássica, que teria marcado o período compreendido entre o colapso do Império Romano do Ocidente e o seu tempo, e a luz ao reavivamento da cultura antiga, que caracterizaria a sua própria era, o humanista italiano rompe com o padrão histórico linear de contagem do tempo, desde a criação até ao final dos tempos, originando um novo modelo de periodização padronizado, assente no tríptico *Antiguidade – Idade das Trevas – Idade Moderna* (Bod 2013:161). A depreciativa designação «Idade das Trevas», apontada por Petrarca ao período que media entre a Antiguidade e a Modernidade, viria a ser recuperada por humanistas como Leonardo Bruni (1369-1444) e Flavio Biondo (1392-1463), triunfando ao longo dos séculos XVI e XVII como uma categoria didática normalizada, que evoluiria para dar origem à nomenclatura atualmente prevalecente nos meios especializados: «Idade Média» (Ibidem: 162-164).

O Século das Luzes, historiograficamente marcado pela emergência da noção da razão como força motriz do progresso, da marcha da humanidade em direção a um fim universal cuja plena concretização se traduziria no alcance da perfeição e da felicidade, não só não reverteu o despreço pela medievalidade, encarada pelos historiadores iluministas como um período definido pela superstição e pelo fanatismo religioso – mera interrupção temporária da marcha humana iniciada na Antiguidade em direção ao progresso (Ibidem: 175) – como contribuiu para instituir a fonte escrita como princípio fundamental de todo o conhecimento histórico, e para a marginalização de fenómenos definidores das culturas antiga e medieval, como a oralidade e as tradições orais, abertas à mudança constante e, nesse sentido, impossibilitadoras da racionalização ou da superioridade de prova e de lógica oferecidas pela permanência da escrita. A autenticidade de múltiplas peças épicas oriundas do período medieval viu-se desacreditada pelos estudos filológicos e, sobretudo, pelas convicções de intelectuais descrentes quanto à racionalidade de prova de tais testemunhos, apreensivos perante a probabilidade da sua distorção nas durações, ao mesmo tempo que historiadores como o inglês Edward Gibbon (1737-1794) contribuíam para a consolidação da noção de oposição entre escrita e oralidade como marcador entre civilização e barbárie, entre o histórico e o não histórico (Woolf 2011: 350-351).

Com a aclamação romântica da cultura medieval, durante a primeira metade do século XIX, em reação ao racionalismo iluminista, o passado oral medieval, desta feita encarado como indissociável das «origens»

nacionais, adquiriu um interesse até então inédito, patente na realização de importantes trabalhos de compilação, «reconstrução» e publicação de contos e poemas épicos medievais, bem como na redação de romances que exploravam o imaginário do medievo, induzindo à folclorização e à idealização da sua cultura (Ibidem: 357), distante da mentalidade iluminista, do estado centralizado e burocratizado, e da mecanização industrial (Cantor 1991: 22). Esta literatura, dada a grande popularidade no século XIX, em conjunto com os postulados rankeanos, que continuavam a advogar a noção de progresso contínuo (embora já não à custa do desapareço por certos períodos históricos), e a reclamar o método filológico lachmanniano de busca pelo arquétipo como metodologia possibilitadora da objetividade do historiar e da concretização da sua finalidade de reconstituição fidedigna do ocorrido, não tardaram a contribuir com o fundo necessário para que logo a partir da década de 1840, na esteira da emergência dos nacionalismos, comesçassem a procurar-se nas fontes literárias medievais as origens e os fundamentos das identidades nacionais, consubstanciadas nas virtudes das figuras heróicas fundadoras (Woolf 2012: 413-414).

Com efeito, pela segunda metade do século XIX escreviam-se histórias literárias de pendor nacionalista, que visavam provar a possibilidade de explicação dos textos literários através do «espírito do tempo» e do trajeto pessoal do autor, com base em metodologias tributárias do positivismo de Comte (1798-1859) e Buckle (1821-1862), influenciado pelas filosofias organicistas e darwinistas, que propunham modelos de análise textual excessivamente simplificados, assentes em categorizações e esquemas evolutivos deterministas generalizáveis, e no princípio comum da lógica casualística, que ecoaria entre a historiografia dos primeiros anos do século XX, até à emergência do novo programa de história proposto pela escola dos *Annales* (Woolf 2011: 356).

O século XX assistiria à emergência das obras de notáveis medievalistas, como Henri Pirenne (1862-1935) que contribuiu, não só com teses fundamentais de discussão sobre a medievalidade, mas também com reflexões sobre o estatuto da história, que influenciaram o programa proposto pela escola dos *Annales*, e os trabalhos de um dos seus eminentes fundadores: Marc Bloch (1886-1944) (Bourdé e Martin 1983: 120-124). Alguns dos avanços mais originais no âmbito da história medieval durante o século XX, partiriam da iniciativa de historiadores da literatura e de críticos literários, sobretudo a partir da década de

1960 (Cantor 1991: 32), que testemunha uma evidente reaproximação entre os estudos literários e a história, com o advento do postulado de que o contexto sociocultural do autor e da recepção das obras é tão determinante à gênese literária quanto o estilo/forma, que até então merecera a atenção exclusiva dos formalistas, empenhados na procura de regularidades e tipologias internas nos trabalhos literários, com base nas teses estruturalistas de Ferdinand Saussure (1857-1913) (Bod 2013: 326-328). Múltiplas derivações dos estudos literários, assentes nesta visão mais pluralista, encontraram afinidades com o novo programa de história total e transdisciplinar dos *Annales*, merecendo especial destaque o campo dos estudos da oralidade na Idade Média, que conheceria, no decurso do século XX, desenvolvimentos assinaláveis.

Paul Zumthor: o homem e a obra

Em 1987, Paul Zumthor (1915-1995), eminente medievalista, historiador da literatura, crítico literário, antropólogo, linguista, poeta e romancista suíço do século XX, publicou uma obra intitulada *La lettre et la voix. De la “littérature” médiévale*, redigida entre os anos de 1982 e 1985 (Zumthor 1987). Inscrita na coleção *Poétique*, dirigida pelo consagrado crítico literário francês, Gérard Genette (1930-2018), pelo proeminente filólogo e linguista búlgaro, Tzvetan Todorov (1937-2017), e pela crítica literária francesa Hélène Cioux (1938 –), a pequena obra (trezentas e quarenta e sete páginas no formato clássico), mereceu a sua primeira e única edição pela prestigiada editora *Seuil*, a que se sucedeu, em 1993, a sua publicação em português pela editora brasileira *Companhia das Letras*, sob o título *A letra e a voz. A “literatura” medieval* (Zumthor 1993). Produto de um longo percurso académico devotado ao estudo da civilização e da «literatura» medieval, a obra tornou-se um clássico imediato, uma referência obrigatória no âmbito dos estudos sobre a oralidade e a poesia medieval, dois eixos que se unem no que Zumthor apelida de «poesia oral» (Ibidem: 7).

A inusitada aproximação de Paul Zumthor à medievalidade dá-se pelo ano de 1933, quando frequentava o curso de Direito na Sorbonne, e se mostrava fascinado com as problemáticas em torno do direito consuetudinário medieval, então abordadas na cátedra de história do direito (Zumthor 2009). É a ela que faz remontar o gosto que pelos

anos de 1942-1943 viria a experimentar pela civilização medieval, mais concretamente pelas suas estruturas linguísticas e manifestações poéticas, a que devotaria uma carreira de mais de cinquenta anos de investigação, marcada por cruzamentos, trocas, aproximações e afastamentos intelectuais face às obras e posições de alguns dos medievalistas de maior renome no âmbito dos estudos literários do século XX, entre os quais Gustave Cohen (1879-1958) e Edmond Faral (1882-1958) (Zumthor 1988: 4). É justamente de Cohen, professor na Sorbonne entre 1922 e 1940, que parte o tema para a sua tese de doutoramento, *Merlin, le Prophète*, defendida em Genebra, no outono de 1942, e publicada em Lausanne pela *Payot*, no ano seguinte (Ibidem: 5).

Nos anos compreendidos entre 1943 e 1948 Zumthor redige várias entradas no *Französisches Etymologisches Wörterbuch* (FEW), a convite de Walther von Wartburg (1888-1971), e desenvolve atividade de lecionação na Universidade de Basileia, entre 1946 e 1948, e na Universidade de Groningen, na Holanda, entre 1948 e 1951, ano em que ocupa a posição de Cohen na Universidade de Amesterdão, onde permaneceria até ao outono de 1968 (Rousset 1998: 10). Durante este período, redige *Histoire littéraire de la France médiévale*, publicada em 1954 pela *Presses Universitaires de France*, e *Langue et techniques poétiques à l'époque romane (XI^e-XIII^e siècles)*, que sai na *Klincksieck*, em 1963 (Cerquiglini-Toulet 2019: 315).

O curto período compreendido entre 1969 e 1971 revelar-se-ia um dos mais determinantes no percurso académico de Zumthor, que leciona na Universidade de Vincennes, cruza o seu caminho com os de Roland Barthes (1915-180), Gérard Genette, Tzvetan Todorov, Algirdas Julius Greimas (1917-1992), e Henri Meschonnic (1932-2009), vê publicado o seu ensaio “De la circularité du chant” no número inaugural na revista *Poétique*, em 1970, em conjunto com os trabalhos de Roland Barthes e Hans Robert Jauss (1921-1997), e finaliza a redação daquele que viria a revelar-se o seu mais marcante contributo teórico para os estudos literários medievais: o *Essai de poétique médiévale*, publicado pela *Seuil*, em 1972 (Zumthor 1972). Atraído pela possibilidade de cientificidade nos estudos literários, ensaia uma primeira rutura com o método filológico clássico, e uma aproximação ao formalismo estruturalista, empregando metodologias dos domínios da linguística e da semiótica de Greimas, e forjando conceitos tão determinantes como o de «*mouvance*» do texto poético medieval (Ferreira 2007: 145).

Em 1971, Zumthor aceita uma posição no departamento de literatura comparativa da Universidade de Montreal. Publica, nos anos seguintes, peças fundamentais como *Langue, texte, énigme* (1975), *Anthologie des grands rhétoriciens* (1978), *Le masque et la lumière: la poétique des grands rhétoriciens* (1978), e inicia um período de viagens pelo Brasil e por África, onde o contacto direto com culturas que preservavam ainda os princípios da tradição oral e as antigas práticas de discurso improvisado, despoletou o entusiasmo com que a partir de finais da década de 1970, já distante da perspectiva estruturalista e do sonho de cientificidade da linguística e da semiótica, Zumthor se internaliza por domínios de investigação afetos ao estudo da natureza oral dos textos poéticos medievais (Rousset 1998: 14; Cerquiglini-Toulet 2019: 317-318; Vaillant 2019: 193; Zink 2019: 231), que o conduzem à obra surgida em 1983, *Introduction à la poésie orale* (Gingras 2019: 146-147). Seguem-se dois livros nos quais a investigação sobre a oralidade se opera a partir de uma perspectiva mais histórica, incidindo sobre o período medieval: *La poésie et la voix dans la civilisation médiévale* (1984), resultante de quatro lições proferidas no Collège de France em fevereiro e março de 1983, a convite de Yves Bonnefoy (1923-2016) e, finalmente, *La lettre et la voix* (1987), que resulta da reescrita da obra de 1984, a que é acrescentado um novo prefácio. Paul Zumthor pensava como um historiador: a sua introdução ao universo da oralidade medieval é, porventura, exemplo paradigmático do modo como, na esteira da história problemática, a investigação e reconstrução do vivido partem das interrogações suscitadas pela época do historiador, da procura racional e factual de invisíveis de sentido ocultados na matéria e nas ações visíveis do quotidiano, sendo a história, nesse sentido, um perpétuo não-acabamento, inseparável da atividade do historiador (Bourdé e Martin 1983: 193).

Zumthor foi um medievalista entusiasta e um homem de fronteiras cruzadas no universo das ciências sociais, como se depreende da sua vasta obra e da sua formação académica. Acreditava firmemente na necessidade de superar os entraves impostos ao saber histórico e ao avanço do conhecimento pela insistência nas abstrações de domínio que representavam os campos disciplinares enquanto existências conceptual e metodologicamente isoladas. A história, inapta a fornecer os instrumentos necessários à análise do objeto literário é, não obstante, crucial à sua plena inteligibilidade (Zumthor 1993: 32). Da vastíssima produção intelectual de Zumthor, nenhuma obra exemplifica melhor esta sua posição do que *A letra e a voz*, sobre a qual nos deteremos em seguida.

A Idade Média e o universo conceptual de Paul Zumthor

A obra, uma antropologia histórica da voz e das experiências de comunicação na longa duração, centra-se sobre a questão fundamental do campo de interferências prevalecente entre a escrita e a oralidade na tradição literária e na cultura medieval, de que, segundo Zumthor, a voz se instituía, por oposição à escrita, como fator verdadeiramente definidor, manifestando-se num plano ontológico, enquanto fenómeno invasivo de todas as práticas sociais, culturais e institucionais. O papel social da voz numa cultura da teatralidade e da festa, como era a da Idade Média, a sua funcionalidade ao serviço de séries institucionais como a Igreja e a Coroa, e as reflexões em torno da dicotomia oralidade/ escrita, e da hierarquia erudito/ popular, afiguram-se como questões centrais na primeira parte da obra, que Zumthor intitula elucidativamente de *O contexto*. Nesta cultura do oral e da oralidade, em que todo o texto poético visava ser transmitido, enunciado ou cantado, perante um público concreto, a voz seria constituinte e constitutiva de todas as obras que, em virtude de um conceito nascido e consolidado somente entre os séculos XVIII e XXI, após a emergência da imprensa no mundo ocidental – o de «literatura» – classificaríamos hoje erroneamente enquanto «literárias» (Ibidem: 277-278). Zumthor sublinha bem este ponto ao longo da obra, alertando para os anacronismos decorrentes do não entendimento das palavras – o termo “literatura” merece a sua atenção particular (Méchoulán 2019: 308) – enquanto construtos históricos da mais longa duração (Ibidem: 277-278). Por seu turno, a ênfase na indissociabilidade entre a voz e as obras produzidas na Idade Média desdobra-se num universo conceptual em que jogam termos como «intervocalidade», «*mouvance*» e «performance», em torno dos quais Zumthor elabora na segunda parte do livro, *A Obra*.

Deve, desde logo, relevar-se o carácter ambicioso do projeto, manifesto não só na significativa abertura do arco cronológico considerado para o estudo do fenómeno, os séculos XII-XVI, mais concretamente o período compreendido entre 1150-1550, no qual se situa «o que comumente se designa com o nome “literatura medieval”» (Zumthor 1993: 26), mas também na amplitude dos limites espaciais, que abrangem os territórios «do Império Carolíngio, com prolongamentos na Península Ibérica, na Itália central e meridional, na Inglaterra central e sudeste.» (Ibidem: 31). Relativamente à amplitude dos marcos cronológicos, a Idade Média – literalização epocal arbitrária face à qual o autor manifesta desde logo

o seu distanciamento crítico (Ibidem: 24) – tal como concebida por Zumthor (Cerquiglini-Toulet 1998: 27), encontra-se plenamente alinhada com a noção de «longa Idade Média» de Jacques Le Goff (1924-2014) (Le Goff 2008: 14), formulada com base na *long durée* de Fernand Braudel, cuja trilogia temporal, desenvolvida no prefácio ao seu *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II* (1949) (Braudel 1966), invocava o *Cours de linguistique générale* (1916) de Ferdinand de Saussure (Saussure 2002), não deixando passar o acontecimento, (história individual-política), o conjuntural (história sociocultural), e o estrutural da mais longa duração (geohistória), atendendo às sincronias e diacronias, aos tempos longos e curtos, aos acontecimentos e aos processos, às continuidades e descontinuidades. Segundo Le Goff, o Renascimento do século XVI teria representado menos uma rutura do que uma continuidade face ao passado medieval, e ter-se-ia instituído apenas como um dos muitos «renascimentos» observáveis na Idade Média desde o Renascimento Carolíngio, motivo pelo qual, tanto o tempo de Petrarca, que se considerara inserido num período de recuperação e superação da cultura clássica, depois do obscurantismo da «Idade das Trevas», como o Iluminismo, que retoma pejorativamente a padronização temporal do humanista italiano, se encontrariam ainda inseridos no hiato cronológico da medievalidade, que se prolongaria até à emergência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, no século XVIII (Le Goff 2008: 1415). Partilhando da visão de Le Goff, tributária do debate instalado na década de 1920 em torno dos critérios de periodização da modernidade e da medievalidade, Zumthor defende que «Seria falso atribuir ao séc. XII, como se fez a partir de Haskins, ou ao séc. XV, como sugeriu J. Bukhardt, o início da era moderna.» (Zumthor 1993: 26). Charles Homer Haskins (1870-1937) teria, de facto, sido um dos grandes precursores do conceito de recuo da modernidade ao século XII, tendo apresentado como principal argumento neste sentido a ideia de que a continuidade da história rejeitava ruturas absolutas entre períodos que se sucedem, e que os trabalhos de investigação contemporâneos colocavam a descoberto uma Idade Média menos negra e estática, e um Renascimento menos brilhante do que se tinha suposto desde Petrarca (Haskins 1927: 26-28). A tese de Haskins assenta, ultimamente, na noção de que o Renascimento Italiano, tal como definido por Jakob Buckhardt no seu *Die Cultur der Renaissance in Italien* (1860), teria, na verdade, sido precedido por movimentos semelhantes, mas mais abrangentes e marcantes, como o «renascimento do século XII»,

pelo que o início da modernidade deveria ser fixado na centúria ducentista (Ibidem: 27). Como veremos, Zumthor demonstra n' *A letra e a voz* que tais propostas de periodização, apostadas em fixar estaticamente o início da «modernidade», ao invés de admitirem, como faria Le Goff, uma «longa Idade Média», resultaram da perpetuação de preconceitos historiográficos herdados das centúrias anteriores. As teorias de configuração histórica devem, afinal, ser lidas como os construtos ideológicos que são, e as periodizações, metodologicamente necessárias à prática do historiador, entendidas dentro dos moldes da artificialidade que representam, e ultrapassadas para apreensão do fenómeno na longa duração.

Quanto à amplitude dos limites espaciais, «Permanece o facto de que nenhuma visão da “Idade Média” é justificável se não engloba vastos rincões do Ocidente. Até onde estender o olhar sem arriscar imprevisíveis distorções de perspectiva?» (Zumthor 1993: 32). No sentido de averiguar os limites espaciais da aplicabilidade do termo «Idade Média», questão com ampla tradição entre as ciências históricas e sociais, largamente explorada pela sociologia de Max Weber (1864-1920) (Mitterauer 2010: 11-12), Zumthor fundamenta-se nas perspetivas historiográficas defendidas por George Duby (1919-1996) em *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme* (1978), por Aaron J. Gurevich (1924-2006) em *Les catégories de la culture médiévale* (1972), e por Pierre Chaunu (1923-2009), em *Le temps des Réformes* (1975), que convergem no que respeita à pertinência da sua restrição ao contexto da Europa ocidental, apoiando-se na noção de que a medievalidade europeia se teria pautado por características histórico-culturais individualizantes (Ibidem: 12), formando uma unidade cultural que, repleta de particularidades, converteria os fenómenos estudados numa realidade passível de comparabilidade (Zumthor 1993: 32).

A amplitude dos limites cronológicos e geográficos encontra paralelo na abrangência do núcleo documental sob escrutínio, que engloba desde canções de gesta, a poesia lírica e trovadoresca, fábulas, parenética, e peças litúrgicas e hagiográficas, tanto em latim como em língua vernácula. Só a perspetivação da problemática na longa duração, a abstração dos contextos locais, e a variabilidade da amostragem documental considerada pode, afinal, sustentar a generalização ousada implícita à afirmação da voz como princípio inerente a toda a «literatura medieval» que, segundo Zumthor, não agradava a alguns historiadores (Ibidem: 7). A questão prender-se-ia tanto com a problemática do permanente questionamento da racionalidade de prova da oralidade, como com a

discussão instalada em torno das escalas de observação do fenómeno, e as divergências das correntes historiográficas neo-Rankeanas face à possibilidade de generalização histórica, mesmo ao nível da *long durée*, como defendia Braudel, já que a especificidade própria de cada contexto impossibilitaria a identificação de padrões ou tendências gerais, universais. Duas posições que, contudo, não se excluem mutuamente, desde que admitamos transições graduais entre os níveis de observação macro, que tende à generalidade, e micro, que possibilita a especificidade (Bod 2013: 258-259).

Tratando-se de um estudo assente sobre o postulado da presença inalienável da voz na poesia medieval, o dialogismo entre a oralidade e a escrita ocupa uma posição de grande centralidade nas reflexões de Zumthor, que avança no sentido de romper com muitas das categorizações, metodologias, e conceções próprias da história literária tradicional face à cultura medieval, tomando como ponto de partida para a sua tese os conceitos de «indício de oralidade» e «presunção de oralidade». Se por «indício de oralidade» entende «tudo o que, no interior de um texto, nos informa sobre a intervenção da voz humana na sua divulgação» (Zumthor 1993: 35), desde o emprego de verbos como *dicere* e *audire*, à identificação de notações musicais e interjeições consubstanciadas na tessitura textual; por «presunção de oralidade» compreende «a margem de manobra propícia às iniciativas dos recitadores, isto é, ao desdobramento da sua arte vocal» (Ibidem: 43), implícita na sobrevivência de duas ou mais tradições do mesmo texto, subentendendo-se aqui a leitura da multiplicidade de versões e de variâncias retóricas e estilísticas dos textos escritos, enquanto produto de uma cadeia de transmissões orais e receções da peça. Cada texto, cada versão, surge como um construído de passado presente, como indício de um horizonte de expectativa, de uma intencionalidade pretendida de adaptação do conteúdo comunicado à moldura mental de um público idealizado por parte do recitador, e simultaneamente, como produto da plurivocidade de leituras, interpretações e apropriações que desse enunciado opera a dita audiência, aquando da sua receção. Trata-se de um princípio basilar da hermenêutica histórico-literária do século XX, assente sobre as teorias e estéticas da receção de Hans Robert Jauss (Jauss 1994), que em conjunto com as investigações conduzidas por Roland Barthes, acentuaram a multiplicidade de sentidos do texto em função da identidade do público recetor, e representaram um avanço significativo

no sentido da rutura com a centralidade ocupada pela identidade do autor no método de *interpretatio* textual até ao século XX, tendo fornecido os fundamentos de toda a teorização de Zumthor em torno da permanência de um modelo textual vocal (Zumthor 1993: 23). A Teoria da Recepção constituiu um dos argumentos basilares da crítica dirigida ao estruturalismo narrativo pelos ditos «pós-estruturalistas» – entre os quais Zumthor – que apontavam para a impossibilidade de estabelecer qualquer parâmetro universal e absoluto na caracterização dos discursos literários, já que o sentido e valoração artística dos textos, não obstante associados a uma dimensão estrutural, encontravam-se invariavelmente na dependência da multiplicidade de leituras e interpretações que deles faziam as audiências a que eram dirigidos (Ceia 2013), realidade válida igualmente para os fenómenos históricos, que remetem sempre para realidades plurívocas e heterogéneas, surgindo a história como o sistema que relaciona a multiplicidade de posições (Bod 2013: 333).

Encarando a problemática da oralidade à luz dos «indícios de oralidade» e das «presunções de oralidade»,

Admitir que um texto, num momento qualquer da sua existência, tenha sido oral é tomar consciência de um facto histórico que não se confunde com a situação de que subsiste a marca escrita, e que jamais aparecerá “a nossos olhos”. (Zumthor 1993: 35).

A história da oralidade na Idade Média não é, pois, um arbitrário imaginário, como acreditaram os historiadores até ao século XX, mas uma realidade histórica passível de fundamentação de prova, através de uma análise sistemática levada a cabo de forma empírica, com base em traços passíveis de significação, que possibilitam, no limite, a confirmação da existência oral do texto como mais do que um sucedido abstrato. Encontramo-nos indubitavelmente perante um dos grandes pilares do contributo de Zumthor para a inversão da ideia de oposição binária entre a cultura oral e a civilização escrita, e para a rutura definitiva com a subvalorização sistemática do oral em favor do escrito, que prevalecera como uma constante historiográfica até ao século XX, tendo contribuído para a observação da Idade Média através de um «preconceito que faz da escrita a forma hegemónica de linguagem» (Ibidem: 18 e 123). Os «indícios de oralidade» atestam justamente que a sobrevivência textual das obras medievais não oblitera a evidência da sua anterior existência oral: os

traços da comunicação vocal dos textos persistem bem para além da sua prosificação, cristalizados nas marcas do discurso escrito, indiciando que o advento gradual da escrita como forma de comunicação significou mais um processualizar do que uma rutura abrupta, tendo implicado sincronia de funcionamento entre a voz e a escrita (Tanniou 2018: 3-5). Já no seu *Essai de poétique médiévale* (1972) Zumthor assumia um posicionamento crítico face à conceção de uma cultura medieval pautada pela oposição binária entre oralidade e escrita, admitindo a coexistência das duas realidades, e uma transição gradual, um «deslizamento controlado», da predominância da oralidade à emergência da escrita enquanto meio de comunicação privilegiado (Zumthor 1972: 73). A demonstração que das interferências prevaletentes entre a escrita e a voz na cultura medieval realiza n’*A letra e a voz*, para a qual se fundamenta nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da etnologia por Jack Goody (1919-2015), que ajudaram a afinar o vocabulário para exprimir a complementaridade da relação que sabemos opôr a escrita e a voz (Zumthor 1993: 96) vem, em última análise, comprovar que a oposição de exclusão entre as duas realidades constitui verdadeiramente uma radicalização sem fundamento, uma simplificação ousada que falseia as questões colocadas pela história, à semelhança das teses que sustentam o mito da oralidade e da escrita enquanto marcadores entre uma cultura popular laica, e uma cultura erudita eclesiástica, ambas em coexistência, mas perpétua incomunicabilidade na Idade Média (Ibidem: 117). Por seu turno, a associação do monopólio cultural do latim, enquanto língua erudita, do domínio da escrita, aos *litteratus*, e da língua vernácula, enquanto língua popular, da esfera da oralidade, aos *illiteratus*, admitindo-se a inferioridade da última em relação à primeira, e a ausência de transferências e intercomunicações entre ambas, resultaria, segundo Zumthor, de um equívoco/preconceito historiográfico da mesma ordem, a que surgiriam estreitamente associados os múltiplos «renascimentos» identificados pelos historiadores ao longo da «Idade Média» (Ibidem: 120). Verifica-se, portanto, a total rejeição da prevalência das dicotomias que associavam, na história narrativa, certos níveis culturais a estratificações sociais específicas, sem que se admitisse a coexistência de vários níveis culturais no mesmo ambiente social, grupo ou indivíduo (Ibidem: 124).

A estruturação do estudo em duas partes – *O contexto* e *A obra* – é elucidativa do modo como, fundamentando-se nas teses desenvolvidas por Mikhail Bakhtin (1895-1975), Zumthor parte da observação da realidade histórica e etnográfica do medievo para a hermenêutica

textual: é, em parte, com base nos estudos desenvolvidos no âmbito da antropologia e da história, que apontam para um predomínio da oralidade enquanto meio de comunicação privilegiado num período em que os índices de iliteracia prevaleciam esmagadoramente elevados e, nesse sentido, para a voz enquanto fenómeno estruturante das práticas, costumes e rituais, que Zumthor proclama a oralidade enquanto princípio subjacente à existência de todas as obras ditas «literárias» no medievo, cuja comunicação e receção se operavam, não pela escrita, mas por via oral-auditiva-visual, através da «performance», em que o principal ator era o jogral ou o menestrel, o intérprete, e desempenhavam um papel central os impulsos corporais e as percepções sensoriais (Ibidem: 222). A voz afigurava-se então como elemento constituinte e constitutivo das obras medievais, que não eram produzidas para a «performance», mas no próprio ato performativo, implicando-se a sua composição e comunicação como simultâneos do mesmo processo (Ibidem: 19).

É justamente no sentido de sublinhar o cariz ontológico da voz e a sua função social coesiva na cultura medieval, que ao conceito de «oralidade», tomado do antropólogo Walter J. Ong, Zumthor diz preferir antes o de «vocalidade», já que «*Vocalidade é a historicidade de uma voz: o seu uso.*» (Ibidem: 21). Explicita-se aqui o posicionamento de Zumthor face uma das grandes questões resultantes do debate teórico prevalecente no âmbito dos estudos literários no século XX, que aponta para as limitações inerentes a uma hermenêutica textual exclusivamente imanente à obra, orientada apenas no sentido da forma e do estilo, sem que ao contexto sociocultural e às circunstâncias de receção fosse reconhecida relevância, sem que se admitisse a indissociabilidade entre o sentido textual e o tecido contextual, a historicidade (Dessons 2019: 158-159).

Uma historicidade que, não obstante a sua singularidade irreduzível, o seu carácter contingente, efémero, e fugaz, a voz encontra no que Zumthor intitula de «tradição oral», conceito nuclear na sua teorização, remetente para um *a priori* da poesia oral que a liga ao *continuum* da memória humana coletiva na longa duração, para uma herança que converteria os conteúdos dos enunciados comunicados pela voz no ato da «performance» numa realidade rapidamente apreensível pelas audiências recetoras das peças (Zumthor 1993: 149). O conceito surge em estreita relação com a noção de «formulismo literário», ou regulação dos temas, estéticas e formas discursivas da obra medieval, que se verificaria graças à existência de fórmulas congeladas, simultaneamente operacionais à

memorização e ao improviso inerentes à criação da obra medieval pelo jogral ou pelo trovador durante a «performance», e familiares ao público recetor em presença (Ibidem: 193; Lucken 2019: 39-43). Tal como a concebe Zumthor, a «tradição» não é, contudo, reduzível a um esquema rígido, determinista, imutável na duração, já que admitiria a gradual renovação das formas literárias, dos *topoi*, dos vocábulos, dos sintagmas e dos fonemas, não de modo arbitrário, mas em conformidade com uma lógica processual, alinhada com a continuidade antropológica das sociedades e dos homens, avessa a ruturas abruptas. A especificidade e o caráter fundamental da arte poética medieval assentavam assim, para Zumthor, no permanente dialogismo entre as restrições impostas à criação poética pela «tradição», e as variações associadas ao papel do indivíduo na génese da obra, variações combinatórias individuais que consistiriam menos na introdução de elementos originais do que no rearranjo e reordenamento de elementos expressivos herdados, durante a «performance». Deste modo, a «tradição oral» e a «transmissão oral» não se confundem (Ibidem: 17), mas afiguram-se como dois processos indissociáveis do devir da obra poética, constituída pela corrente das suas transmissões e receções (performances), um refazer sucessivo, uma cadeia de irregularidades, descontinuidades e mudanças que se articulam na duração, no *continuum* da memória, da permanência (tradição) (Ibidem: 162). Na medida em que remete para uma ocorrência revestida de signos, a «performance» surge simultaneamente como um acontecido e um relacional tipológico, e a «tradição» emerge num sentido aproximado ao de arquivo, tal como o concebeu Michel Foucault (1926-1984), um dos responsáveis pelas mutações observáveis nas lógicas de continuidade e descontinuidade nas décadas de 1960 e 1970, cuja investigação se prendeu sobre a questão das dinâmicas do surgimento inesperado dos eventos discursivos e dos mecanismos de regulação do seu aparecimento. Para Foucault, estes não implicariam qualquer relação de causalidade antecedente-consequente, mas a conceção do presente enquanto constitutivo de passado e constituído de acumulação, sedimentação estratigráfica de descontinuidades, ou processos de estrato (Méchoulan 2008). Ultimamente, segundo Zumthor «A obra existe no tempo de duas formas: pela duração da performance, o que já anteriormente designei por tempo integrado, e pelo momento em que ela própria se integra na duração social.» (Zumthor 1993: 252). Na simultaneidade da «performance» encontrar-se-ia, portanto, integrada uma multiplicidade inextensa de transmissões orais passadas e futuras,

por seu turno incorporadas no tecido da memória humana coletiva, noção que se traduz numa conceção do cone temporal ao nível das ciências históricas, distante da temporalidade linear da história positivista.

Na medida em que resulta de uma corrente de transmissões orais, de um refazer e recrear sucessivo no ato da «performance», a obra medieval é fundamentalmente movimento dinâmico, é *mouvante*. A «mouvance», a variabilidade perpétua, seria, numa cultura da oralidade, definidora da maioria das peças «literárias» medievais, tecidas entre os discursos atualizados pelos intérpretes, e respetivas apropriações pelas audiências, no momento da «performance», e a «tradição», ou seja, a filiação temporal dos vários estados de constituição da obra na duração (Zumthor 1993: 143). Os textos manuscritos da obra *mouvante*, seriam cristalizados espaço-tempo, passados presentes de estados da obra numa ou várias correntes ininterruptas de transmissões orais e receções, que se cruzavam na duração, formando redes «intervocais», e refletindo a prevalência de uma interação contínua entre as culturas escrita e oral. Segundo Zumthor, o elevado grau de variabilidade observável nos fragmentos manuscritos de uma peça «literária» medieval, resultava justamente do fenómeno que intitula «intervocalidade», conceito que, numa cultura da oralidade, como era a medieval, caracterizaria de modo mais assertivo os movimentos de trocas e influências subjacentes ao processo de génese da obra do que o termo «intertextualidade», tomado de Bakhtin (Ibidem: 145).

Atendendo a que a génese da obra medieval derivava mais da sedimentação das transmissões e reinterpretações que dela se realizavam no ato da «performance» do que de uma origem única, e que não se aplicava ao período o seu entendimento enquanto propriedade intelectual de nenhum autor em concreto, uma vez que cada «performance» era uma origem e a origem, e cada intérprete era simultaneamente um autor e o autor, não é possível, nem se justifica, traçar a genealogia dos fragmentos textuais sobreviventes de uma obra medieval em busca de um «autor» e de uma «origem», termos caros à filologia clássica e à história da literatura tradicional. A projeção retrospectiva de conceitos definidores da cultura contemporânea – uma cultura da escrita – como o de «autenticidade» e o de «direito de autoria» num período como o medieval, redundam, segundo Zumthor, num grave anacronismo, resultante da tentativa de escapar aos constrangimentos causados pela variabilidade («mouvance») enquanto característica essencial de qualquer obra «literária» medieval (Ibidem: 149; Boutet 2019: 28).

Tocamos um ponto fundamental da crítica de Zumthor, que visa atingir os princípios metodológicos da filologia clássica de Karl Lachmann (1793-1851), em que se alicerçou Rank, no sentido de alcançar a objetividade na prática do historiar (Bod 2013: 250). O filólogo alemão contribuiu largamente para a consolidação da teoria da reconstrução textual, ou filologia estemática, que buscava justamente, através de uma família de textos – um estema – proceder à reconstrução do original (Ibidem: 272-273). O método tendia a conceber a Idade Média como uma cultura da escrita, assentando no princípio da unidade primária, da monogénese fundamental, mediante a qual, a partir dos vários fragmentos textuais sobreviventes de uma peça medieval seria possível reconstruir a obra, ou seja, a acumulação racional da multiplicidade de fragmentos textuais, que só valiam individualmente pela sua integração no todo (Lagorgette 2019: 113-129). Esta teoria não deixava, portanto, lugar ao conceito de origens múltiplas, nem à evidência da oralidade e da «performance» enquanto princípios inerentes a todas as obras «literárias» medievais (Zumthor 1993: 8). Lachmann aplicou esta metodologia, assente numa crítica textual dissociada do contexto histórico e das regras de composição das obras medievais, ao estudo dos fragmentos manuscritos sobreviventes de peças épicas medievais bem conhecidas como a *Canção de Hildebrando e a Canção dos Nibelungos*, cujos respetivos arquétipos e autores originais procurou identificar, tendo ordenado hierarquicamente os restantes fragmentos em função desses «manuscritos autênticos» (Bod 2013: 252), ignorando, contudo, que

Por detrás das evidências do nosso presente e da racionalidade dos nossos métodos há o múltiplo sem origem unificadora nem fim totalizante, a “discórdia” de que fala Michel Serres e cujo conhecimento pertence ao ouvido. É apenas aí que se situa para nós a oralidade da nossa “literatura medieval”: vocalidade-resíduo das nossas filologias, indócil aos nossos sistemas de conceptualização. (Zumthor 1993: 35).

Curiosamente, o repúdio pela busca vã das origens – que por outras palavras Zumthor intitula de «preconceito historicista» (Tilliette 2019: 63) – parece ser duplo, indo igualmente no sentido da crítica à fixação da história positivista no que François Simiand (1873-1939) chamou, tomando a metáfora do empirismo da filosofia inglesa,

mais concretamente da obra de Francis Bacon (1561-1626), o «ídolo cronológico», um dos três grandes «ídeos da tribo dos historiadores» – político, individual e cronológico – que impediam a história contar com qualquer dimensão de racionalidade científica, condenando-a à extinção (Simiand 1987: 113-137). O ídolo cronológico dos historiadores, ou seja, o «costume de se perderem em estudos sobre as origens», remete justamente para a obsessão da história positivista com as origens e continuidades. O que conhecemos do programa dos *Annales*, em que se fundamenta claramente Zumthor, deriva da imediata incorporação desta crítica, fundamental no sentido da rutura com o mito do tempo linear, que começou a recuar no início do século XX, com a formulação da teoria dos tempos múltiplos de Braudel, a emergência da conceção de tempo histórico como coexistência temporal múltipla, e não apenas como antecedente e conseqüente separáveis, e com ela o advento de uma nova forma de entendimento da ação humana no tempo. As origens, como bem o demonstrou Zumthor, são sempre múltiplas, e remetem, antes de mais, para um processualizar, tal como a alteridade, o Outro temporal – período, fenómeno ou obra – é sempre plurívoco e heterogéneo. Considerá-lo como unívoco, atribuir-lhe sistemas de pensamento que o seu tempo não conheceu, e proceder à sua fragmentação, hipercategorização, sistematização conceptual e abstracção metódica a bem da busca cega pela cientificidade, não se afigura como um método operativo ao conhecimento, conduzindo ultimamente à sua destruição (Zumthor 1993: 22).

Considerações finais

Como medievalista entusiasta que era, Paul Zumthor temia a utilização política, «nacionalista», do retorno ao passado medieval. O seu contributo n' *A letra e a voz* no sentido da rutura definitiva com a subvalorização sistemática da oralidade em favor da escrita, e do reconhecimento da voz enquanto princípio inerente à existência das peças «literárias» na Idade Média, esteve ao nível dos avanços que representaram os trabalhos de Roland Barthes, Erich Auerbach e Mikhail Bakhtin para a progressão do conhecimento no âmbito dos estudos literários medievais, ou de Jacques Le Goff e Georges Duby para a consolidação das concepções em torno das dimensões culturais da Idade Média, tendo-se traduzido numa evidente

aproximação à hermenêutica histórico literária pós-formalista do século XX, ao programa de história da Escola dos Annales e à antropologia interpretativa, e na formulação de uma crítica acesa às metodologias prevalentes no domínio da filologia clássica.

Não obstante a pertinência das suas observações sobre o campo de interferências prevalente entre a escrita e a oralidade na Idade Média, que conduziram à desconstrução de mitos sustentados na oposição de exclusão entre a escrita e a voz, ou na hermeticidade entre duas culturas em coexistência no mesmo período, foram conceitos como o de «intervocalidade» e «mouvance» da obra «literária» medieval que contaram com consequências mais imediatas e profundas, formando o núcleo de uma tese sobre a vocalidade que – em tudo compaginável com o mais amplo movimento de recusa da teoria que ao tempo da sua idealização atravessou certas áreas dos estudos literários – está hoje longe de gerar consenso nos círculos de estudos medievais. Uma circunstância para a qual concorre, em boa medida, o facto de ao argumento de Zumthor subjazer o que foi por Jacques Derrida (1930-2004) intitulado de fonocentrismo (Derrida 1967), esse pressupor do privilégio da fala sobre a escrita em que assenta, segundo o autor, toda a tradição metafísica que domina o pensamento ocidental (Cardoso 2009). Sem dúvida mais significativa do que, na sua procura por escapar à teoria, admitiu o medievalista suíço – não isento assim do que Américo Lindeza Diogo intitulou de «preconceito anti-preconceito do antropólogo» (Diogo 1994: 10) –, a contaminação da cena da voz pela da letra na cultura medieval obriga, naturalmente, a pôr em perspectiva a relativização antropológica que a voz traz à «literatura» do período.

Estas críticas à tese zumthoriana em nada beliscaram, contudo, o mérito que, pelo menos em parte, lhe foi reconhecido no domínio filológico, onde obrigou à revisão das metodologias de edição dos fragmentos manuscritos de certas peças medievais. Uma vez que, como mostrou Zumthor, a obra «literária» medieval é tantas vezes um co-construído entre intérprete e público recetor, e que as variações observáveis entre os fragmentos manuscritos se traduzem em cristalizados espaço-tempo de presenças distintas da mesma obra, que variava em espaço, tempo e impacto de receção, questiona-se hoje se os procedimentos editoriais dos textos medievais não deveriam enveredar pela edição de todos os manuscritos conhecidos, ao invés de se limitarem à edição de uma reconstrução ilusória do «original», ou de um único manuscrito – «o

melhor texto» – relegando o aparato crítico da comparação com as restantes variantes a uma nota de rodapé.

Referências bibliográficas

- Bod, Rens (2013). *A New History of the Humanities. The Search for Principles and Patterns from Antiquity to the Present*. Oxford: Oxford University Press.
- Bourdé, Guy, Martin, Hervé (1983). *As Escolas Históricas. Da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Boutet, Dominique (2019). “Paul Zumthor et les études sur l’épique au Moyen Âge”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 27-36.
- Braudel, Fernand (1966). *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l’Époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin.
- Cantor, Norman F. (1991). *Inventing the Middle Ages: The Lives, Works, and Ideas of the Great Medievalists of the Twentieth Century*. Nova Iorque: William Morrow.
- Cardoso, Miguel (2009). “Fonocentrismo”, in Carlos Ceia (ed.), *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Disponível em FONOCENTRISMO | cceia (unl.pt) (consultado 10/12/2023).
- Ceia, Carlos (2013). “Pós-estruturalismo”, in Carlos Ceia (ed.), *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Disponível, em PÓS-ESTRUTURALISMO | cceia (unl.pt). (consultado em 3/5/2022).
- Cerquiglino-Toulet, Jacqueline (1998). “Le Moyen Age de Paul Zumthor”, in Jacqueline Cerquiglino-Toulet e Christopher Lucken (eds.), *Paul Zumthor ou L’invention permanente*. Geneva: Recherches et Recontres, 27-33.
- « — » (2019). “Une histoire intellectuelle du XX siècle. Paul Zumthor ou le parcours d’un curieux”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 327-328.
- Derrida, Jacques (1967). *De la Grammatologie*. Paris: Minuit.
- Dessons, Gérard (2019). “La question de l’oralité chez Paul Zumthor et Henri Meschonnic”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 155-166.

- Diogo, Américo António Lindeza (1994). “O Antropólogo e a Teoria: sobre um artigo de Paul Zumthor e um artigo de Stanley Fish”, in Maria Cristina Álvares e Américo António Lindeza Diogo (eds.), *Gravitações: sobre literatura medieval portuguesa e francesa*. Braga: AN, 5-11.
- Ferreira, Jerusa Pires (2007). “O universo conceitual de Paul Zumthor no Brasil”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 45, 141-152.
- Gingras, Francis (2019). “Dans l’atelier du poéticien. Lire et écrire sur la voix, analyse des archives de Paul Zumthor pour la préparation de l’Introduction à la poésie orale”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 145-153.
- Haskins, Charles Homer (1927). *The Renaissance of the Twelfth Century*. Cambridge: Harvard University Press.
- Jauss, Hans Robert (1994). *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática.
- Lagorgette, Dominique (2019). “Paul Zumthor et la mouvance”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 113-129.
- Le Goff, Jacques (2008). *Uma longa Idade Média*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lucken, Christopher (2019). “Paul Zumthor et la poésie lyrique. Style formulaire, mouvance du chant et présence de la voix”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 113-129.
- Méchoulan, Éric (2008). “Les archives et la question de la tradition: Paul Zumthor”, in *La Culture de la mémoire: Ou comment se débarrasser du passé?*. Montréal: Presses de l’Université de Montréal. Disponível em <http://books.openedition.org/pum/9139>.
- « — » (2019). “Peur et littérature”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 307-314.
- Mitterauer, Michael (2010). *Why Europe? The medieval origins of its special path*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rousset, Jean (1998). “Présence de l’autobiographie chez Paul Zumthor”, in Jacqueline Cerquiglini-Toulet et Christopher Lucken (eds.), *Paul Zumthor ou L’invention permanente*. Geneva: Recherches et Recontres, 9-15.
- Saussure, Ferdinand de (2002). *Cours de linguistique generale*. Paris: Payot.

- Simiand, François (1987). *Méthode historique et science sociale*. Paris: Éditions des archives contemporaines.
- Tanniou, Florença (2018). “La lettre et la voix: usages médiévaux et pratiques de la langue dans l’enseignement secondaire”, *Perspectives médiévales*, 39, 1-18.
- Tilliette, Jean-Yves (2019). “Paul Zumthor et l’histoire littéraire”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 63-73.
- Vaillant, Alain (2019). “La Voix de la lettre. À propos de la renaissance poétique du XIX siècle”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 193-205.
- Woolf, Daniel (2011). *A Global History of History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- « — » (2012). *The Oxford History of Historical Writing*, vol. 4. Oxford: Oxford University Press.
- Zink, Michel (2019). “Paul Zumthor et l’écriture nómade”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 229-236.
- Zumthor, Paul (1972). *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil.
- « — » (1987). *La lettre et la voix. De la “littérature” médiévale*. Paris: Seuil.
- « — » (1988). “Paul Zumthor: (auto)-biographie”, in Emmanuèle Baumgartner e André Beaudet (eds.), *Le nombre du temps en hommage à Paul Zumthor*. Paris: Champion, 3-14.
- « — » (1993). *A letra e a voz. A “literatura” medieval*. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras.
- « — » (2009). *Falando de Idade Média*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Perspectiva.